

REFORMA EM MOVIMENTO

ACOMPANHE CADA PASSO DA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA

Edição 26- 17/10/2025

Departamento Jurídico Tributário

Reforma Tributária

Destaques da semana!

de 10 a 16 de outubro de 2025

Apenas 35% das empresas iniciaram adaptação ao novo sistema tributário

Levantamentos indicam que apenas 35% das empresas estão em estágio avançado de preparação para a reforma tributária, cuja implementação terá início já no começo de 2026.

A maior parte das empresas ainda se encontra em fase inicial ou apenas planejando as adaptações, enquanto uma minoria sequer deu início ao processo.

A pesquisa, conduzida pela Thomson Reuters, também revelou que cerca de 69% das empresas demonstram preocupação com as mudanças previstas e esperam impactos relevantes nos próximos anos. Apesar disso, a maioria ainda não transformou essas preocupações em ações práticas.



Receita Federal prepara plataforma para a Reforma Tributária

A Receita Federal está preparando uma plataforma inédita para operacionalizar os pagamentos dos novos tributos que serão implementados pela Reforma Tributária sobre o consumo.

É previsto que no sistema transite mais de 70 bilhões de documentos ao ano, sendo 150 vezes maior que o do PIX.

O novo sistema terá como função o recolhimento automático dos tributos, cálculo e abatimento dos tributos já recolhidos na cadeia produtiva e aplicar o mecanismo de cashback, que permite a devolução parcial dos tributos a famílias de baixa renda.

Um dos principais pontos desenvolvidos é o split payment que direciona automaticamente a parcela dos impostos de cada transação para a União, Estados e Municípios, reduzindo a sonegação fiscal.



LOPES & CASTELO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Eleito entre os escritórios mais admirados do Brasil

análise
ADVOCACIA

análise
ADVOCACIA
REGIONAL

REFORMA EM MOVIMENTO

ACOMPANHE CADA PASSO DA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA

Supermercados devem agir agora para se adaptar à Reforma Tributária

A reforma tributária exigirá uma adaptação imediata do setor supermercadista, um dos mais impactados pelo novo modelo de tributação sobre o consumo (CBS e IBS).

O primeiro passo é garantir que o ERP esteja atualizado e preparado para emitir notas fiscais no novo padrão. Em outubro, o governo liberará um ambiente de testes facultativo, permitindo que as empresas validem sistemas antes da obrigatoriedade em janeiro de 2026.

É essencial definir um ponto focal interno para coordenar as mudanças — revisando classificações tributárias, alinhando fornecedores e mapeando impactos em áreas como TI, fiscal e comercial.

A reforma também abre espaço para novos créditos tributários, o que exige reavaliação das operações e parcerias. Em 2026, a apuração assistida trará mais transparência, mas demandará processos bem estruturados.

A recomendação é agir desde já, baseando-se em informações oficiais, evitando imprevistos e garantindo uma transição segura para o novo sistema.



Impactos da Reforma Tributária na Economia Digital

A economia digital, um conceito amplo que abrange empresas que operam com bens e serviços digitais, como softwares, aplicativos, streaming, e-commerce e outros, tem se expandido rapidamente nos últimos anos. Em um cenário de constante inovação, a evolução tecnológica tem transformado setores inteiros, e isso inclui a forma como consumimos cursos online, fazemos pagamentos e utilizamos assistentes virtuais.

Com o novo regime tributário que está sendo implementado, espera-se simplificar a tributação e reduzir a ambiguidade que hoje gera litígios e facilita práticas competitivas baseadas apenas em questões fiscais. A unificação de tributos como ICMS e ISS pode trazer mais clareza e neutralidade, além de tratar igualmente as empresas nacionais e internacionais, promovendo maior eficiência econômica.

Entretanto, a diversidade de modelos de negócios dentro da economia digital e a falta de regulamentação completa da Lei Complementar 214 trazem desafios específicos. Questões como a inscrição de residentes no exterior e a responsabilidade tributária nas operações intercompany ainda precisam de definições mais claras. As plataformas digitais, que possuem diferentes modelos de atuação, também enfrentam incertezas, especialmente no que diz respeito à prestação de informações fiscais e à responsabilidade pelo cumprimento das obrigações tributárias. A complexidade aumenta pela falta de detalhes sobre como as empresas devem se adaptar à nova legislação.

Além disso, a mudança para o princípio de destino e a necessidade de adaptação a regimes fiscais especiais exigem um planejamento detalhado. As empresas precisarão se preparar para eventuais custos tecnológicos e operacionais devido à falta de regulamentação sobre o nível de informações exigido para o compliance tributário. Embora a reforma possa promover uma maior justiça fiscal no longo prazo, a transição exigirá cautela e uma análise minuciosa para evitar problemas operacionais e tributários.

